

PÁG 2

Aprovada na Câmara, MP da Eletrobras (repleta de jabutis) aguarda votação no Senado

PÁG 4

Abraceel alerta Ministério da Economia sobre avanço da “agenda do atraso”

PÁG 6

Após intenso trabalho da Abraceel, Aneel autoriza processamento do produto A-1 do MVE em julho

PÁG 8

Fórum do Gás define estratégias para o desenvolvimento do mercado de gás

PÁG 11

Abraceel Na Mídia

PÁG 12

Curtas

PÁG 16

Próxima semana

PÁG 17

Calendário Abraceel

 Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!



Aprovada na Câmara, MP da Eletrobras (repleta de jabutis) aguarda votação no Senado

Matéria em 1 minuto

- Relatório do deputado Elmar Nascimento (DEM-BA) foi aprovado na última quarta no Plenário da Câmara com expressiva votação: 313 favoráveis x 166 contrários;
- Apesar dos esforços da Abraceel para minimizar medidas lesivas ao mercado livre, foi aprovado dispositivo que discrimina consumidores livres e cativos na destinação do bônus da outorga;
- Foi mantida a contratação de reserva de capacidade de 6 GW de térmicas a gás e contratação compulsória de 2 GW de PCH nos próximos leilões, mas retirada a contratação prévia desses projetos como condicionantes à desestatização;
- Caso o Senado modifique o texto aprovado pela Câmara, caberá aos deputados a palavra final sobre as alterações.



Tempo de leitura:
2 minutos

Na última quarta-feira, 19.05, a Câmara aprovou a Subemenda Substitutiva ao Projeto de Lei de Conversão nº 1 na MP 1031, de autoria do deputado Elmar Nascimento (DEM-BA), que viabiliza a desestatização da Eletrobras.

Foi mantido o modelo que prevê a emissão de novas ações, a serem vendidas no mercado sem a participação do governo, resultando em perda do controle acionário de voto mantido atualmente pela União. Apesar de perder o controle, a União terá uma ação de classe especial (*goldenshare*) que garante poder de veto em algumas decisões e, com o objetivo de se tornar uma “corporation”, nenhum acionista ou bloco de acionista poderá ter mais de 10% dos votos.

O texto aprovado traz uma série de pontos de atenção, com destaque para os seguintes dispositivos:

- destinação do bônus de outorga das novas concessões da Eletrobras na parcela destinada ao setor elétrico apenas para o consumidor cativo (ACR);
- contratação de reserva de capacidade de térmicas a gás equivalente a 1 GW no Nordeste e 5 GW no Norte e Centro-Oeste, porém retirando a contratação prévia como condicionante à desestatização;





- a prorrogação dos contratos do Proinfa por 20 anos;
- contratação de 2.000 MW de usinas hidrelétricas de até 50 MW nos próximos leilões.

A Abraceel envidou intensos esforços para conscientizar os parlamentares sobre as medidas prejudiciais ao mercado livre. Além de trabalhar em contato direto com os parlamentares em conjunto com a indústria e demais associações setoriais, também enviou cartas e buscou divulgar na mídia as justificativas para que não fossem acatados dispositivos presentes no relatório apresentado pelo deputado Elmar.

Foi retirado do relatório final, contudo, a redação que autorizava a Aneel a intervir nos contratos do mercado livre de energia, após forte manifestação contrária da Abraceel e de diversas entidades.

Na leitura do seu relatório, o deputado Elmar disse que após conversa com as lideranças políticas, apresentou pontos de aprimoramento que resultaram na subemenda substitutiva global, os quais, no entanto, não eliminaram as medidas não isonômicas e prejudiciais à competitividade do setor elétrico.

Após intensos debates, todos os destaques apresentados foram rejeitados e a matéria segue para análise do Senado Federal, que tem até o dia 22 de junho para deliberação. Se o Senado modificar o texto aprovado, as mudanças propostas passam novamente por deliberação dos deputados, a quem cabe a palavra final, em razão da tramitação ter sido iniciada na Câmara, que é o procedimento com as medidas provisórias. A Abraceel continuará atuando para aprimorar o texto, ressaltando, inclusive, a importância de se avançar com a modernização e abertura do mercado.

Confira a íntegra do texto aprovado: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2015436&filename=AA+1+MESA+%3D%3E+MPV+1031/2021

Abraceel assina manifesto do FASE sobre MP 1031

O Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase) assinou manifesto dirigido às lideranças políticas do país pedindo atenção à MP da Eletrobras. Na carta, assinada por ABRACEEL, ABDAN, ABEMI, ABIAPE, ABRACE, ABRADDEE, ABRAGE, ABSOLAR, ANACE e APINE, o Fórum reforça que é fundamental que a MP, junto com seu objetivo de possibilitar a capitalização da Eletrobras, “contribua para reverter a tendência de aumento do custo da energia no país e aponte para a modernização do setor elétrico brasileiro”. O Manifesto foi objeto de matéria no Jornal Nacional da Rede Globo no dia da votação da MP. **Confira a íntegra do documento no site da Abraceel, em Biblioteca > Contribuições e Notas Técnicas.**



Abraceel alerta Ministério da Economia sobre avanço da “agenda do atraso”

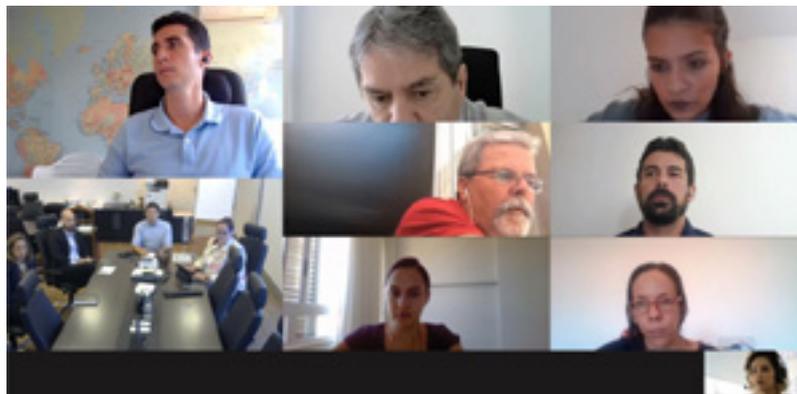
Matéria em 1 minuto

- MP da Eletrobras com medidas anticompetitivas, geração distribuída sem venda de excedentes para o mercado livre e estudos e mais estudos sem avanço efetivo no PL 414 compõem a “agenda do atraso”;
- Abraceel alerta que as pautas dos eletrocratas seguem avançando, ao passo que a agenda da portabilidade perde a vez e isso significa aumento de custos para o consumidor final;
- Avançar no PL 414 é a solução ideal. Mas é preciso transformar os anos de estudo em ações concretas.



Tempo de leitura:
2 minutos

A Abraceel esteve reunida com Diogo Mac Cord, Secretário Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, no dia 19.05, dia da votação da MP da Eletrobras, para debater a agenda de mercado, como foco nos dispositivos prejudiciais ao mercado livre na MP da Eletrobras e no andamento do PL 414/21. Na introdução, Reginaldo Medeiros destacou a urgente necessidade de acelerar a tramitação do projeto da portabilidade, que vem sendo estudado desde a Consulta Pública 33 em 2017, já que não houve efetivo avanço na abertura do mercado. Reforçou que o estudo Thymos traça as alternativas regulatórias para a abertura do mercado, oferecendo soluções para todos os impasses já levantados que dificultariam a abertura. No entanto, a ausência de decisões faz com que o consumidor final arque com o aumento da sua conta de luz, que nada mais é do que o retrato das ineficiências setoriais. É o preço que se paga pelo medo do futuro.



Como na ocasião ainda não havia sido deliberada a MP 1031, a Abraceel reforçou com o secretário as medidas não isonômicas ali presentes, a exemplo da bonificação da CDE apenas para o consumidor cativo, que poderia acarretar judicialização, dada a falta de isonomia. Para completar o pacote dos absurdos, o relatório da medida provisória tra-



zia ainda a postergação dos contratos do Proinfa, bem como reserva de mercado para PCHs. Tais medidas são contrárias à modernização e mecanismos de mercado que o Governo diz estar colocando em prática.

Por fim, também destacou a proposta da Abraceel sobre venda de excedentes de geração distribuída para o mercado livre que, embora apresentada aos parlamentares, não foi acatada no PL 5829/2019 (projeto de lei de geração distribuída). Esses pontos constituem o avanço da agenda do atraso, contraponto à pauta Abraceel que oferece competitividade, eficiência e modernização ao setor.

O Secretário Diogo compreendeu as preocupações da Abraceel. Em relação à MP da Eletrobras, reforçou que o Governo estava trabalhando para conseguir chegar a um texto que minimizasse os impactos negativos no mercado de energia. Quanto à falta de isonomia nos recursos da CDE, destacou que o excedente de Itaipu após 2023 seria rateado sem discriminação, o que seria benéfico ao mercado livre e, na sua visão, atenuaria o impacto não isonômico no rateio do bônus da outorga. No entanto, disse concordar com a posição da Abraceel e se comprometeu a conversar com os parlamentares para reverter a medida. Sobre o PL 414, a grande preocupação seria com o mercado residual que arcasse com custos demasiados e enfrentasse elevados aumentos tarifários. Por outro lado, ressaltou que o estudo da pasta em parceria com a PSR busca endereçar tecnicamente a questão e, em sua opinião, trará subsídios importantes para o avanço da matéria. Em resumo, a posição do Secretário, que parece ser a do governo, é que o essencial é aprovar o projeto de privatização da Eletrobras, ainda que, para tanto, seja preciso concordar com concessões a interesses diversos.

Finalizando a reunião, a Associação reforçou a necessidade de uma sinalização da abertura de mercado. **Se de fato é o futuro, quando ele chega?**





Após intenso trabalho da Abraceel, Aneel autoriza processamento do produto A-1 do MVE em julho

Matéria em 1 minuto

- Abraceel reforçou apoio à recomendação expressa pela SRM, por meio da NT 39/20, que autoriza a Câmara a realizar o processamento anual do MVE em julho;
- Associação enfatiza necessidade de conclusão da AP 25/19, que discute o aprimoramento do repasse do cálculo da sobrecontratação das distribuidoras e exposição no MCP, tema central para o aumento de eficácia e atratividade do MVE;
- Aneel deliberou por autorizar a CCEE a realizar, em julho de 2021, excepcionalmente, o processamento do produto 2022 do MVE.



Tempo de leitura:
3 minutos

No dia 18.05, na 17ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria da Aneel (RPO), foi deliberado o requerimento administrativo da CCEE que solicitava realização do MVE com oferta do produto anual para o ano de 2022 excepcionalmente em julho de 2021. Em breve contextualização, como resultado da 1ª fase da Consulta Pública Aneel 37/20, foi publicada a REN 904/20, que ampliou o rol de produtos e de processamentos do MVE, porém, tendo em vista a necessidade de implantação de sistemas computacionais pela CCEE para processar tais aprimoramentos, a Resolução estabeleceu que a CCEE teria até 01.12.2021 para disponibilização do sistema.

Em 06.05, a Abraceel enviou carta à Aneel e à CCEE expondo o interesse dos agentes para que ocorram mais processamentos do MVE ainda neste ano, reforçando a importância de realização do produto A-1. No mesmo dia, a CCEE solicitou à Aneel autorização para postergar a realização do MVE para oferta do produto anual para o ano de 2022 para julho de 2021, previsto originalmente na REN 904/20 para ser realizado no mês de junho.

Por meio da Nota Técnica Aneel 39/21, a Superintendência de Regulação Econômica e Estudos de Mercados (SRM) analisou a solicitação da CCEE, recomendando autorizar a Câmara a realizar tal processamento anual do MVE.

Na 17ª RPO da Aneel, Bernardo Sicsú, Diretor de Eletricidade e Gás da Abraceel, reali-



zou sustentação oral reforçando o apoio da Abraceel à recomendação expressa pela SRM, por meio da NT 39/20, principalmente por estarmos em um cenário de pandemia, com sobrecontratação das distribuidoras e tendência de ampliação do mercado livre de energia, fato esse que torna o MVE ainda mais relevante, por ser o principal mecanismo de descontratação das distribuidoras e de transferência de energia entre o ACR e o ACL.



A Abraceel parabenizou a Aneel pela celeridade em analisar e deliberar o processo em questão, e reforçou a necessidade de conclusão da AP 25/19, que discute o aprimoramento do repasse do cálculo da sobrecontratação das distribuidoras e exposição no MCP, tema central para o aumento de eficácia e atratividade do MVE, principalmente em relação aos produtos de longo prazo.

Como o processo da AP 25/19 está na Procuradoria Geral da Agência, que deverá emitir parecer sobre o critério de alocação do repasse do risco hidrológico, tema que não possui relação direta com o MVE, a Abraceel solicitou que os aperfeiçoamentos relacionados ao MVE em discussão na AP sejam apartados e deliberados pela diretoria o quanto antes.

Coroando os esforços da Abraceel, o relator do processo, Diretor Hέλvio Guerra, votou por autorizar a CCEE a realizar, excepcionalmente, o processamento do produto 2022 do MVE em julho de 2021. O voto foi acompanhado pelos demais diretores constituintes do colegiado da Aneel.

Fórum do Gás define estratégias para o desenvolvimento do mercado de gás

Matéria em 1 minuto

- TBG, NTS e TAG estão trabalhando na elaboração de uma plataforma única de oferta de capacidade para facilitar o acesso ao transporte e reduzir custos aos agentes;
- Decreto regulamentando a Lei 14.134/21 deve ser publicado nos próximos dias;
- Fórum ressaltou a importância da criação de um plano de incentivos à adesão dos estados às diretrizes do Manual de Boas Práticas Regulatórias e será avaliada possibilidade de pedido formal ao CADE de posicionamento a respeito do cumprimento do TCC.



Tempo de leitura:
4 minutos

No dia 19.05, foi realizada a 2ª reunião ordinária do Fórum do Gás. Na pauta, apresentação das ações das transportadoras, overview das últimas reuniões realizadas pela coordenação do Fórum, acompanhamento do TCC CADE/Petrobrás e proposta de atuação estratégica nos estados.

Ações das transportadoras

Iniciando a reunião, a ATGás realizou atualização das ações das transportadoras em face da publicação da nova Lei do gás.



Segundo a associação, a TBG, NTS e TAG estão trabalhando em conjunto na elaboração de uma plataforma única de oferta de capacidade, com objetivo de facilitar o acesso ao transporte e reduzir custos aos agentes. Nessa plataforma serão ofertados produtos de curto prazo, que não precisam passar por chamada pública, como também produtos



extraordinários em base anual, enquanto não se tem a definição do novo modelo de contratação nos códigos de rede.

A TBG, NTS e TAG possuem previsão de realizar ofertas de capacidade anual no terceiro trimestre deste ano, bem como ofertas incrementais. Quanto às chamadas públicas coordenadas, ainda não há definição do produto entre as transportadoras, dependendo, em alguns casos, de solução da conexão física independente.

A ATGás informou que também está trabalhando junto ao Grupo de Trabalho criado na Associação, em prol da harmonização dos contratos e calendários de chamadas públicas e em uma plataforma de balanceamento, que possui previsão de conclusão em dezembro de 2022.

Os códigos de rede, segundo a lei do gás, devem ser realizados em conjunto entre os transportadores e os carregadores. A ATGás se antecipou e está trabalhando na minuta desses códigos, para levá-la para discussão com os carregadores, em busca de consenso.

Os constituintes do Fórum agradeceram a presença da ATGás e propuseram que seja criado grupo de trabalho com os interessados na construção da plataforma de oferta de capacidade, tendo a ATGás se colocado à disposição.

Overview das Reuniões

Na sequência, foi realizado overview das últimas reuniões realizadas pela Coordenação do Fórum do Gás, que se reuniu nos últimos meses com o CMGN, ANP e Petrobras.

Em relação à reunião com o CMGN, a coordenação apresentou sua contribuição à regulamentação da Lei 14.134/21, cujo Decreto deve ser publicado ainda neste mês, e ressaltou a importância da criação de um plano de incentivos à adesão dos estados às diretrizes do Manual de Boas Práticas Regulatórias.

Já na reunião da ANP, foi destacada a importância do avanço célere da regulação do mercado de gás e definição de prioridades, além do fortalecimento técnico e institucional da Agência. Quanto a isso, o Fórum do Gás deliberou pela realização de agenda conjunta com as transportadoras, para unir forças para o avanço das regulamentações da ANP.

Já a Petrobrás informou, na reunião que contou com participação do coordenador-geral do Fórum do Gás, que pode oferecer novos produtos em prol da flexibilidade necessária para o desenvolvimento do mercado. Dessa forma, foi deliberada a realização de pauta conjunta com a Petrobrás para discutir a transição do mercado de gás natural.



TCC CADE/Petrobrás

O TCC firmado entre o CADE e a Petrobrás em 2019 possui algumas pendências no cronograma, como a permanência dos contratos com demais produtores, negociações de acesso às infraestruturas essenciais e reporte das informações. Dessa forma, foi deliberado na reunião que a Coordenação do Fórum avaliará possibilidade de pedido formal ao CADE, de posicionamento a respeito do cumprimento do TCC.

Atuação nos estados

Finalizando a reunião, foram elencados os estados escolhidos para atuação institucional do Fórum para regulação do mercado livre, sendo eles Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná. No entanto, os constituintes do Fórum recomendaram que também sejam incluídos os estados do Rio Grande do Sul e Rondônia, que estão em processo de abertura do mercado de gás natural.

As apresentações realizadas na reunião estão disponíveis na área restrita do site da Abraceel, seção “Documentos Gerais”.



ABRACEEL NA MÍDIA



Jornal Hoje: Câmara dos Deputados aprova MP da Eletrobras

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



Canal Energia Item proposto na MP da Eletrobras prejudica mercado livre, diz Abraceel

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



Valor Econômico Associações do setor elétrico pedem 'reavaliação' de MP da Eletrobras

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



Hoje em dia | Poder ao consumidor: projeto no Congresso pode garantir ampla portabilidade da conta de luz

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



O Globo | Item proposto na MP da Eletrobras prejudica mercado livre, diz Abraceel

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



CURTAS

Dessem e o retorno de Angra I

Em 20.05, a Abraceel foi informada por seus associados sobre outro problema no Dessem, dessa vez envolvendo a usina termelétrica de Angra I, que, conforme Informativo Preliminar de Operação do ONS, voltou a gerar na última terça-feira, 18.05, “devido retorno antecipado de manutenção de sua unidade geradora”. Apesar de já estar em operação, gerando 258 MW médios, e sinalizada pelo próprio ONS na ordem de mérito da programação diária, a usina continuava no Sistema de Intervenções (SGI), não sendo considerada no Dessem para efeitos de formação de preços. Em razão disso, a Abraceel comunicou suas associadas sobre a questão, para logo em seguida entrar em contato e solicitar esclarecimentos do ONS. Em resposta vaga, o Operador informou apenas que a usina de Angra I permanece em estado de intervenção, fazendo testes de retorno. Em seguida, fomos informados que o deck para o dia 21.05 foi publicado, mantendo a usina fora da formação de preço. O problema não deverá se manter para além dessa data, visto que a intervenção no SGI estava originalmente programada para se encerrar no próprio dia 21.05, mas o caso, na visão da Abraceel, reflete a necessidade de melhorias no processo e divulgação de informações que formam preço. Em reunião semanal na tarde do dia 21.05, o ONS informou que testes não são considerados no Dessem e nem no PDP, porém em casos excepcionais, em função do porte da geração, o PDP pode programar. Segundo o ONS, no dia 20.05 a disponibilidade declarada superou a geração mínima de acionamento, porém, devido ao registro de manutenção não foi acionado despacho no Dessem. A Abraceel continuará trabalhando incansavelmente junto às autoridades para corrigir os erros e aprimorar os processos, já tendo sido solicitada nova reunião com o Operador. Agradecemos às associadas por alertarem sobre os problemas.



INFORMATIVO
PRELIMINAR
DIÁRIO DA
OPERAÇÃO

Terça-Feira, 18 Maio de 2021

6 - Destaques da Geração Térmica

Os destaques apresentados a seguir se referem unicamente aos motivos de diferenças diárias entre valores programados e verificados de geração, registrados com base em informações prestadas pelos agentes na operação em tempo real. Para quaisquer outras finalidades, devem ser usados valores consistidos e considerados os parâmetros requeridos para cada cálculo. Por exemplo, para acompanhamento do cumprimento do Termo de Compromisso - TC ANEEL/Petrobrás devem ser considerados os dados mensais consistidos com o agente.

* PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE GERAÇÃO VERIFICADA E PROGRAMADA

A UN Angra I (ELETRONUCLEAR) gerou a partir de 01h57min devido retorno antecipado de manutenção de sua unidade geradora.

A UTE Norte Fluminense (NORTE FLUMINENSE) gerou acima do programado ao longo do dia devido ao maior rendimento de suas unidades geradoras.





Ata Cpamp: antecipação na validação do Suishi e análise das contribuições da CP 103

No dia 12.05, a CPAMP divulgou ata de reunião realizada no dia 25.03. De acordo com o documento, foi solicitado ao MME novo cálculo de garantia física de determinadas usinas do Rio São Francisco, em função do grande impacto na operação oriundo da Resolução ANA 208/2017. Para isso, é necessária validação na nova versão do modelo SUIISHI e, por isso foi proposta antecipação na validação do módulo de energia firme de agosto para abril deste ano. Está prevista consulta pública ainda em maio, permitindo sua utilização a partir de junho. Além disso, foram analisadas as contribuições da CP MME 103/2021, encerrada em fevereiro, que tratou da volatilidade do CMO, representação hidrológica e produtibilidade hidroelétrica. Em termos gerais, as contribuições, inclusive a da Abraceel, foram em linha com as recomendações da Cpamp, no sentido de não retirar a ENA como variável de estado e de dar continuidade aos estudos propostos para os temas de Representação hidrológica e Produtibilidade variável. O GT Metodologia irá apresentar o documento de análise das contribuições, que será aprovado pelo plenário da Comissão. **A ata está disponível na área restrita do associado > Documentos Gerais.**

Abraceel cobra melhorias na Cpamp

No dia 21.05, a Abraceel enviou carta à Secretária-Executiva do MME, Marisete Pereira, coordenadora da Cpamp, para

solicitar aprimoramentos na comunicação das decisões da Comissão. Na carta, a Abraceel destacou que a última ata pública ocorreu no dia 12 de maio, 48 dias após reunião realizada em 25 de março. Dessa forma, foi pedido maior celeridade e organização na forma de divulgação das informações, que por vezes estão espalhadas pelo site do Ministério. A Abraceel sugere também que seja publicada nota no site do MME com o destaque para as principais decisões em até 24h após cada reunião, como as do CMSE, e que as atas sejam detalhadas, acompanhadas das apresentações e publicadas em prazo limite não superior a uma semana, em semelhança ao que ocorre com as atas das reuniões de diretoria da Aneel. Ao final, a Abraceel solicitou celeridade nos trâmites para publicação da nova Resolução CNPE e Portaria MME, conforme consta da ata da reunião da Cpamp de 25 de fevereiro, e que traz importantes avanços na governança da Comissão e dos dados e modelos computacionais. **A carta está disponível na área do associado no site da Abraceel.**

Abraceel e Dep. Paulo Ganime participam de webinar de gás

Em 19.05, a Abraceel palestrou no webinar “Os Novos Rumos da Distribuição de Gás Canalizado”, realizado pelo escritório Tomnik e Martiniano, que também contou com apresentação do deputado federal Paulo Ganime (Novo-RJ) e mais de 120 participantes. O deputado ressaltou que a nova lei do gás não avançou sobre a distribuição de gás, de competência dos estados, e que a norma traz grandes perspectivas para todo o setor. Em



sua exposição, Bernardo Sicsú também ressaltou que a abertura do mercado de gás é benéfica para todos os segmentos, inclusive o de distribuição, fato corroborado pela experiência internacional e de outros setores. Ponderou, no entanto, que a abertura deve ocorrer para todos, sendo fundamental o avanço da regulamentação nos estados, bem como maior protagonismo do governo e do regulador federal nas discussões. Ao final, lembrou que um dos pilares do programa Novo Mercado de Gás era o incentivo aos estados para a harmonização e adoção de boas práticas regulatórias, o que acabou se desvirtuando nos últimos tempos, talvez em razão da pandemia, e deveria ser retomado.



Encontro do PLD

No dia 19.05, em reunião do Encontro do PLD promovido pela CCEE, foi informado que em 03.05 foi acionado o primeiro nível de contingência do Dessem, desabilitando o **unitcommitment**. Foi explicado que houve tratativas entre ONS e CCEE nesse dia e que o modelo estava tomando muito tempo computacional para resolver uma de suas etapas. Ademais, a nova versão 19.0.14.1.3, que passou a ser utilizada desde 19.05, foi aprimorada com o objetivo de reduzir a demora do processamento. Durante a reunião, a Abraceel sugeriu que seja realizado um levantamento dos casos de contingência, de forma a ampliar a transparência sobre o ocorrido e verificar a eventual solução das causas que deram origem ao problema. O próximo encontro está agendado para 31.05.

Abraceel leva temas para discussão com Abradee

Após tentativa de reunião, agendada inicialmente para o dia 18.05, a Abraceel se reuniu no dia 20.05 com o presidente da Abradee, Marcos Madureira. Outros integrantes da Associação não puderam participar, em razão de compromissos. A Abraceel tinha o objetivo de apresentar, discutir e construir um entendimento sobre quatro temas: i) Regulamentação da Lei 14.120/21, especificamente sobre a desmodelagem e desligamento do inadimplente sob o comercializador varejista, ii) Desburocratização e simplificação do processo de migração para o mercado livre, iii) Estudo sobre contratos legados e cronograma de abertura integral do mercado, e iv) MVE: maior periodicidade e eficácia do mecanismos de eficiência. Especificamente sobre abertura de mercado, Madureira destacou que seguramente há mais pontos convergentes do que divergentes e que querem avançar nessas discussões. Então, sugeriu que a Abraceel enviasse um breve resumo dos temas, e que seria interessante a Abradee criar grupo ou grupos de trabalho para efetivamente evoluir nas discussões técnicas. A Abraceel se comprometeu a enviar os resumos e irá aguardar agendamento dessa nova reunião por parte da Abradee. Na próxima semana, inclusive, a Abraceel já tem reunião agendada com a SRM/Aneel para apresentação da proposta sobre comercialização varejista.

TS 09 ANEEL – Impacto no PMO das usinas do ACL que não iniciaram suas obras

A Aneel abriu Tomada de Subsídio 09/21, com objetivo de aprimorar a proposta de sistemática que avalie a consideração de usinas que

não comercializaram energia no ACR e que não tenham iniciado obras na configuração do PMO. O prazo de contribuição é até o dia 06.07. Em breve será agendada reunião do grupo técnico para discutir o assunto. Para mais informações acesse: <https://bit.ly/3u6b-qEi>

Cartas Abraceel

Nesta semana a Abraceel também enviou cartas aos (i) ao ONS, solicitando melhorias na divulgação de informações que impactam a formação de preço, após ter recebido contribuições do Grupo Técnico; e (ii) à Agerba, solicitando harmonização entre o termo de compromisso e a regulamentação do mercado livre de gás natural. Ambas estão disponíveis na área restrita do site da Abraceel, seção “Cartas”.

Christiano Vieira assume lugar do Limp no MME

Após Rodrigo Limp sair do cargo para assumir a presidência da Eletrobras, Christiano Vieira, Superintendente de Regulação dos Serviços de Geração da Aneel, foi nomeado Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia. A publicação foi oficializada no edição de 21.05 do Diário Oficial da União. Christiano Vieira é engenheiro eletricista graduado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Mestre em Economia pela Universidade de Brasília (UnB). Ocupava o cargo de superintendente da SRG desde 2015. Foi assessor da diretoria da ANEEL de setembro de 2007 a dezembro de 2014. Anteriormente, foi assessor da Superintendência de Estudos de Mercado (SEM) de fevereiro de 2006 a setembro de 2007 e exerceu cargo comissiona-

do técnico na SEM, no período de fevereiro de 2003 a fevereiro de 2006. Entre 1997 e 2003 também ocupou cargos no Ministérios de Minas e Energia, da Saúde e da Fazenda, sempre com atuação direcionada para os temas de infraestrutura. Desde jan/2015 é Superintendente da SRG (Fonte: Aneel).



 **PRÓXIMA
SEMANA**

24.05 – Segunda-feira: Reginaldo Medeiros participa do evento Energy Day, no painel “Os avanços e obstáculos do Mercado Livre de Energia em tempos de pandemia”, às 10h. A inscrição é gratuita e pode ser feita [clican-do aqui](#).

25.05 – Terça-feira: Grupo Técnico se reúne para debater aprimoramentos no processo de migração ao ACL, meta do Planejamento Estratégico da Abraceel, às 15h.

26.05 – Quarta-feira: Reginaldo Medeiros participa de reunião do COIN-FRA, às 10h.

27.05 – Quinta-feira: Diretoria Executiva se reúne com o Superintendente de Regulação de Mercado da Aneel, Júlio César Ferraz, para tratar do comercializador varejista, às 9h;

Reginaldo Medeiros participa da 11ª edição do evento Energia em Pauta, no painel “Mercado Livre – Oportunidades de redução de custos para empresas”, às 17h.

28.05 – Sexta-feira: Abraceel participa de Reunião Plenária da CPAMP, às 10h.



CALENDÁRIO ABRACEEL

MAIO

25.05 | 15h - Reunião do GT sobre aprimoramentos no processo de migração ao ACL, meta do Planejamento Estratégico da Abraceel

JUNHO

10.06 | 17h - Reunião do Conselho

JULHO

15.07 | 17h - Reunião do Conselho

AGOSTO

05.08 | 17h - Reunião do Conselho

A Diretoria Executiva sempre encaminha por e-mail a pauta e os dados de acesso às reuniões. Eventuais alterações também são informadas com antecedência.